



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681053 - SP (2021/0224396-8)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ROBERTO HENRIQUE MOREIRA JUNIOR - SP258286  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RICHARD BARROS DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICHARD BARROS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução n. 0001255-28.2021.8.26.0496).

O paciente cumpre pena pela prática dos delitos descritos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo o Juízo das execuções homologado o cálculo de penas em que constava que o lapso para a concessão dos benefícios da progressão de regime e do livramento condicional, referente à prática do crime de associação, seria de 2/5 e 2/3, respectivamente (fl. 15).

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da manutenção da decisão que considerou o delito de associação para o tráfico como crime hediondo, aplicando sobre a pena do paciente a fração de 2/5 para a progressão de regime.

Afirma que "as infrações penais não descritas e mencionadas na Lei 8.072/1990, como o crime de associação para o tráfico, são consideradas delitos comuns, devendo ser aplicada as regras previstas para os crimes dessa natureza para os direitos na execução" (fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, seja determinada a retificação do cálculo das penas do paciente, para que nele seja considerado o crime de associação para o tráfico como delito não hediondo, aplicando a suas penas as frações previstas para os crimes comuns.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente